

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48

Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho

ATA da Reunião ordinária de 13/12/2018

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de educação ambiental, localizada no Parque Estadual do Rio Vermelho – PAERVE, na Rodovia João Gualberto Soares s/nº, São João do Rio Vermelho, na cidade de Florianópolis – SC, os membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho, conforme lista de presença anexa, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA 1. Instalação dos trabalhos e verificação de quórum; 2. Aprovação da Ordem do Dia; 3. Aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 13 de setembro de 2018; 4. Atualização do andamento dos trabalhos do Plano de Manejo; 5. Atualização dos trabalhos propostos no Plano Piloto de Uso Público; 6. Informes; 7. Encaminhamentos e Encerramento. A reunião teve início cumprindo o **item um** da Ordem do Dia, com a instalação dos trabalhos e verificação de *quórum*, conforme lista de presença em anexo. Justificaram a ausência, SMI, Çarakura, CASAN conforme e-mails em anexo e outros justificaram via grupo de whatsapp. A Coordenadora do Parque Estadual do Rio Vermelho, Adriana Nunes (IMA-SC - PAERVE), deu as boas-vindas a todos os conselheiros e ouvintes e passou a presidir a reunião, agradecendo a presença de todos. Foi verificado quórum, cumprindo o **item um** da Ordem do Dia. Cumprindo o **item dois** da Ordem do Dia, Adriana (IMA-SC – PAERVE) seguiu para aprovação da mesma questionando os presentes se todos estavam de acordo. Foi solicitado que fosse incluído na pauta informações sobre o camping do Rio Vermelho e todos votaram e aprovaram. A representante da COMCAP, Rita de Cassia Rodrigues, solicitou uns minutos para apresentar um projeto que envolve o parque. Todos concordaram. Adriana (IMA-SC – PAERVE) acrescentou que nos informes será tratado sobre o assunto implantação do portão na estrada principal da entrada da Praia do Moçambique e também sobre o estacionamento, assuntos estes que fazem parte do Plano Piloto emergencial apresentado na última reunião extraordinária do Conselho Consultivo, além dos informes sobre o fechamento do camping, conforme solicitado e aprovado. Adriana (IMA-SC – PAERVE) seguiu para o **item três** da Ordem do Dia explicando que todos já receberam a ata da reunião extraordinária do dia 13 de setembro por e-mail, alguns enviaram correções que foram acatadas e que a ata então fica disponível para a aprovação e assinatura dos conselheiros presentes. Dando continuidade a reunião, seguindo para o **item quatro** da Ordem do Dia, Adriana (IMA SC – PAERVE) informou que o Plano de Manejo deu uma reviravolta. Ela falou para os presentes que por algum motivo ainda não conhecia que a empresa contratada do Paraná, a ENGETEC, para o desenvolvimento do Plano de Manejo do Parque, disse que foi entregue a parte do projeto socioeconômico e o ambiental pela empresa. Que até o momento foi pago pela apresentação da parte socioeconômica e que agora será pago sobre a apresentação dos trabalhos da parte ambiental. Porém, para a equipe técnica do Instituto do Meio Ambiente de SC que acompanha os trabalhos, a empresa não estava cumprindo os prazos da entrega dos produtos, como por exemplo da parte fundiária do parque que atrasou porque ele que embasa a parte do zoneamento e planejamento que são muito importantes. E também que ocorreu a troca de coordenador, devido que o primeiro coordenador por motivos pessoais não pode assumir o cargo e que a empresa então contratada teve dificuldades de encontrar um novo coordenador para dar início aos trabalhos. Que no mês de setembro parecia que tudo estava normalizado com os trabalhos e que a nova coordenadora era muito eficiente. Com a demora da apresentação dos trabalhos por parte da ENGETEC acabou

49 gerando problemas com o pagamento para a empresa então, o Ministério Público
50 entrou com uma ação. A nova coordenadora da empresa do Plano de Manejo, Gisele,
51 pediu demissão. Mediante disso, em reunião com o Ministério Público, após discussão
52 sobre o atraso na entrega dos produtos e conseqüentemente a saída da coordenadora
53 decidiu-se que será gerado uma multa para a empresa ENGETEC e que o contrato será
54 reincidido. Adriana (IMA-SC-PAERVE) explicou ainda que agora, a equipe de licitação
55 do IMA em conjunto com o jurídico, após reunião da equipe técnica do IMA que
56 auxilia a empresa do Plano de Manejo e que dali saiu a memória de reunião, irá definir
57 se o procedimento será de chamar o segundo colocado ou se haverá novo processo de
58 licitação para a viabilização do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Vermelho.
59 Adriana (IMA-SC - PAERVE) explicou que pode acontecer o chamamento da segunda
60 colocada porém nesse caso a empresa teria que aceitar certos procedimentos como
61 executar o plano dentro do mesmo orçamento apresentado pela empresa que ganhou
62 a licitação e isso não é possível de saber sem consultar a empresa. Ela explicou que
63 essa decisão foi muito pensada antes de ser tomada porque após avaliar que o prazo
64 de entrega não seria cumprido, diante o atraso na entrega dos produtos necessários
65 para a conclusão do projeto. E que o que avaliou-se é que o processo de
66 licenciamento deve ser repensado, pois a equipe que ganhou ficou em penúltimo
67 colocado na avaliação técnica porém ganhou por oferecer o menor preço. Os
68 conselheiros questionaram e solicitaram que seja informado na próxima reunião o
69 valor da multa do ressarcimento do contrato com a empresa do Plano de Manejo bem
70 como o valor do contrato com a mesma. Por fim, Adriana (IMA-SC/PAERVE) informou
71 que não se terá o Plano de Manejo concluído em abril de 2019 como estava previsto,
72 devido a estas mudanças. Mas que ela acredita estar no caminho certo porque o
73 ICMBIO tem deixado bem claro que não é necessário estar tão preso a um Plano de
74 Manejo que é legal e correto desenvolver Plano de Uso Público para uma Unidade de
75 Conservação conseguir trabalhar e oferecer serviços. A presidente do Conselho pediu
76 para Eduardo coordenador da equipe Caipora que até então estava operando o
77 camping, presente como convidado na reunião para apresentar sobre o evento que
78 ocorreu no espaço do camping nos dias 1 e 2 de dezembro. Uma oficina de Uso
79 Público promovida pela Caipora em parceria com o ICMBIO. Eduardo explicou que
80 percebendo a dificuldade do IMA em fazer a concessão do formato adequado para a
81 concessão da exploração do camping a Caipora coletou dados como números do fluxo
82 de visitantes, custos, análises financeiras para desenvolver parâmetros que podem
83 ajudar o IMA nas próximas concessões. A apresentação dos dados resultou nessa
84 Oficina de Uso Público. Eduardo pediu permissão para explicar algumas questões
85 como por exemplo que é possível sim que o Plano de Manejo do Parque seja
86 desenvolvido pela equipe técnica. Que o ICMBIO vem fazendo isso, inclusive. Na APA
87 da Baleia Franca por exemplo não foi contratada uma empresa, mas sim foram
88 contratadas várias empresas para consultorias específicas. A Caipora, por exemplo, foi
89 contratada para desenvolver o geoprocessamento. Que este método é um pouco
90 difícil por que exige do corpo técnico além de tempo e disponibilidade para fazer e
91 contar com estas contratações para demandas específicas. Sobre o processo do edital
92 do plano de manejo para o Parque Estadual do Rio Vermelho, Eduardo disse que a
93 Caipora participou sim, que ficaram em segundo lugar e que adianta que não irão
94 aceitar caso a cooperativa seja chamada porque segundo ele é impossível desenvolver
95 os trabalhos dentro do preço da equipe que estava atuando até o momento. Sobre o
96 camping, Adriana (IMA SC/PAERVE), informou que o espaço está fechado por tempo
97 indeterminado até que se faça um acordo entre o IMA e o Ministério Público Federal.

98 Inclusive ocorreram diversas reuniões e foi inclusive falado em fazer um aditivo para
99 prorrogar o contrato com a Caipora para esta temporada, no mínimo. Porém não teve
100 interesse entre as partes envolvidas. Segundo Eduardo da Caipora gera em média em
101 torno de 600 mil ao ano. Então, foi aberto edital para nova concessão de exploração
102 do camping através de carta convite. Porém o Ministério Público recomendou atenção
103 a Comunidade Quilombola Vidal Martins que existe no entorno do Parque com base
104 na Convenção 169 no processo. A Convenção 169 da Organização Internacional do
105 Trabalho - OIT fala das comunidades tradicionais. Do processo de envio de carta
106 convite Adriana informou que teve retorno da caipora dizendo que não participaria,
107 da ECOPAERVE, associação que explora a trilha ecológica, e da comunidade
108 Quilombola Vidal Martins em parceira com a CEPAGRO, equipe esta que já teve a
109 concessão do camping. Após o material apresentado, aconteceu resultado, porém
110 antes mesmo de dar publicidade a vencedora o Ministério Público Federal entrou com
111 ação civil pública conta o Instituto do Meio Ambiente e questionou o resultado da
112 licitação por dar nota zero no quesito 'comunidade tradicional' justamente a
113 comunidade Quilombola Vidal Martins. Assim o camping que encerrou o contrato com
114 a Caipora em Novembro e fechou as portas permanecerá assim até que se faça um
115 acordo. Um novo chamamento público será feito no futuro, conforme decisão da
116 presidência do IMA em conjunto com a equipe técnica formada pela Adriana Nunes,
117 Elaine Zuchiwschi e Maristela colaboradora do setor jurídico do IMA, e esta
118 temporada ficará prejudicada, conclui a explicação Adriana (IMA-SC/PAERVE). Karina
119 (Instituto Multicultural Crystal) sugeriu como encaminhamento que o conselho
120 encaminhe ofício para a presidência do IMA manifestando sua preocupação com a
121 situação, a preocupação com a possibilidade de depredação do local com seu
122 fechamento. Andrea Maestri (NEI São João Batista) pediu a palavra para questionar se
123 existe um regulamento para quem entra para assumir a exploração do camping e que
124 se existisse um regramento quem entra deve cumprir as regras e isso reduziria riscos
125 para qualquer que fosse vencedor de propostas para aquela área. Seguindo para o
126 **item 5** da Ordem do Dia, Adriana (IMA-SC/PAERVE) atualizou os conselheiros
127 presentes sobre os trabalhos propostos no Plano Piloto de Uso Público informando
128 que foi publicado em diário oficial a portaria de uso público (Portaria IMA nº 253 de
129 13/11/2018) descrevendo todas as atividades que as unidades de Conservação
130 estaduais estão autorizadas a desenvolver. Cada atividade terá uma norma, esclareceu
131 Adriana. Para completar, ela informou que no caso do Parque Estadual do Rio
132 Vermelho uma dessas atividades já autorizadas que inclusive, com portaria também já
133 publicada (Portaria IMA nº 220/2018 de 11/09/2018), é do cadastro dos cavaleiros.
134 Carlos Eduardo (AMORV) solicitou a palavra para perguntar como fica a fiscalização
135 destes serviços ou atividades autorizadas. Adriana respondeu que há uma comissão de
136 uso público do IMA e que também há um grupo de trabalho de regramento do
137 Conselho que já se reuniu por três vezes. Adriana (IMA-SC/ PAERVE) explicou que
138 futuramente pretende que os fiscais sejam os condutores ambientais que façam o
139 curso de aprimoramento antes. E para saber como será a construção das normas
140 Adriana explicou que quer fazer exatamente com os envolvidos. Por exemplo dos
141 cavaleiros, eles serão chamados para apresentar as necessidades deles. Seguindo para
142 o **item 7** da Ordem do Dia, Adriana (IMA-SC/PAERVE) informou que o portão já foi
143 comprado e agora os trabalhos estão voltados para a instalação. O portão será uma
144 realidade para este verão, afirmou Adriana. E sobre as placas informativas e de
145 sinalização do parque Adriana informou que estarão prontas somente em janeiro de
146 2019. Continuando com os informes, Adriana explicou que sobre as áreas de

147 estacionamento na Praia do Moçambique, que consta como proposta no Plano
148 Emergencial de Uso Público, o parecer técnico feito por técnicos do IMA já está
149 concluído e que neste documento consta o levantamento da vegetação para a retirada
150 de espécies exóticas e posterior criação de área para estacionamento. Que este
151 parecer já foi entregue e agora está no aguardo da autorização do gerente de áreas
152 protegidas do IMA. Adriana explicou que a proposta é que permaneçam árvores nos
153 corredores para o sombreamento e que tenha um banheiro seco também. O
154 estacionamento tem previsão de iniciar sua implantação também ainda neste verão.
155 Karina (Crystal) perguntou quem fará a manutenção do banheiro seco e Adriana disse
156 que está previsto para a Associação de Surfe do bairro São João do Rio Vermelho
157 como também ficará responsável pela cobrança do estacionamento. Sobre o
158 funcionamento do portão na estrada de entrada da Praia do Moçambique o
159 Subtenente Marcelo pediu a palavra para explicar que ele após sua instalação prevista
160 para início de janeiro de 2019, será fechado às 22h e aberto às 6h. Para aqueles que
161 precisar acessar a estrada de carro entre esse horário deve comunicar a guarita da
162 Polícia Ambiental com sede no Parque e será providenciada a abertura. O Subtenente
163 Marcelo também informou sobre a instalação da câmera de segurança que também
164 está prevista para instalação logo que o portão e ela estará com as imagens na guarita
165 da Polícia Militar Ambiental do Parque. Ele falou também que do dia 15 de dezembro
166 até 15 de março ter ações mais centralizadas no Parque do Rio Vermelho,
167 intensificando a fiscalização. Que o efetivo da PMA reduziu então a proposta é que se
168 reduza a área de fiscalização. Que a Operação Veraneio fique mais centralizada na
169 região do Parque. Rita (Comcap) pediu a palavra para apresentar uma proposta de
170 implantação de Eco pontos. Ela lembrou que há cerca de dois foi enviado um projeto
171 para essa proposta que iria utilizar um terreno, próximo ao Corpo de Bombeiros na
172 Barra da Lagoa, mas numa área dentro do Parque que foi negada. Um dos motivos foi
173 o Plano de Manejo que ainda não estava concluído e por isso deveria aguardar.
174 Segundo Rita (COMCAP) num Ecoponto é feito a recepção de entulhos da construção
175 civil, madeira, podas, reciclado seco como plástico, papel, latinha, caixa de papelão,
176 gesso, amianto, etc. Ficou definido que os conselheiros são favoráveis a implantação
177 de um Ecoponto, mas que a área destinada a isso ainda deve ser melhor estudada. Os
178 conselheiros presentes concordam que é interessante para a comunidade do bairro,
179 porém não muito para o Parque. Karina (Instituto Multicultural Crystal) pediu a
180 palavra para informar e convidar a todos presentes para um evento na Rua da
181 Nascente do Rio Vermelho, no bairro, para promover reflexões sobre o Parque e
182 desenvolver uma ação para melhorias na ponte. Outro informe foi feito pelo vice-
183 presidente da AMORV, Dalton, sobre assembleia que a associação realiza sobre
184 educação, mais especificamente sobre vagas em creches, no sábado. Adriana
185 completou informando que a data de término do cadastro dos cavaleiros termina no
186 dia 15 de dezembro. Cumprindo o **item sete** da Ordem do Dia, os **encaminhamentos**
187 da reunião ordinária do Conselho são: **1)** A gestão do Parque deve apresentar na
188 próxima reunião o valor da multa do ressarcimento do contrato com a empresa do
189 Plano de Manejo bem como o valor do contrato com a mesma; **2)** Enviar ofício para
190 presidência do IMA sobre preocupação com a situação do fechamento do camping e
191 processo judicial em curso; **3)** Enviar ofício para CASAN solicitando informações sobre
192 as obras na Rodovia que corta o Parque e solicitando maior sinalização durante as
193 obras. **4)** Criar grupo de planejamento da gestão dos resíduos sólidos da Praia do
194 Moçambique. **5)** Ofício de apoio de implantação de Ecoponto na Barra da Lagoa,
195 próximo ao terreno da sede do Corpo de Bombeiros. Adriana (PAERV) deu por

196 encerrada a reunião e agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, eu
197 Sunisa Paludo, Secretária Executiva do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio
198 Vermelho, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada.
199 Florianópolis, 9 de janeiro de 2018.

200 Karina Signori – CRYSTAL (titular) _____

201 Carlos Eduardo Fagundes Farias – AMORV (titular) _____

202 Marcelo Duarte – PMA (titular) _____

203 Adriana Nunes PAERV/IMA(titular) _____

204 Sunisa Paludo (secretária executiva) _____

205 Andreia Maestri – NEI São João Batista (titular) _____

206 Dalton Soares – AMORV (suplente) _____

207 Rita de Cassia Rodrigues- COMCAP (titular) _____

208 Vera Lucia D. Waith – ECOSUL (titular) _____

209 Rogério Santos da Costa – E. Maria Conceição Nunes(titular) _____